

## A cozinha, a higiene infantil e a casa: Finalidade do trabalho manual para mulheres segundo Aprígio de Almeida Gonzaga (1925)

The kitchen, children's hygiene and the house: purpose of manual work for woman according to Aprígio de Almeida Gonzaga (1925)

Drieli Veloso de Souza<sup>1</sup>

Laura de Oliveira<sup>2</sup>

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro<sup>3</sup>

Armindo Quillici Neto<sup>4</sup>

42

**Resumo:** Na busca por compreender a Educação Profissional Feminina durante a Primeira República no Brasil, este artigo se baseia, sobretudo, em uma conferência publicada na Revista do Ensino (1925-1940) de Belo Horizonte, escrita por Aprígio de Almeida Gonzaga, intitulada "Finalidade do Trabalho Manual para Mulheres". Esta fonte oferece uma perspectiva sobre a educação das mulheres nesse período, através da perspectiva do normalista. Para contextualizar adequadamente essa conferência, é necessário explorar a história da Revista do Ensino, incluindo seu contexto, sua finalidade, seus editores, seus escritores e o público-alvo. Além disso, busca-se compreender quem foi Aprígio de Almeida Gonzaga e sua relevância na educação durante a Primeira República. Nesse sentido, buscamos fazer uma revisão bibliográfica sobre o intelectual Aprígio de Almeida Gonzaga, além de análise crítica da fonte impressa na perspectiva da História Cultural. Este estudo pretende, assim, contribuir para uma melhor compreensão da educação feminina e das concepções educativas desse período histórico no Brasil, tendo o impresso como fonte para a História da Educação. Pode ser observado que as ideias que circulavam no período, aqui proferidas por Aprígio de Almeida Gonzaga, demonstra um avanço em relação a ocupação do espaço público pelas mulheres, sobretudo as mulheres pobres

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, <https://orcid.org/0009-0002-2274-0264>, [drieliveloso@gmail.com](mailto:drieliveloso@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista FAPEMIG, <https://orcid.org/0009-0003-3509-3542>, [laura04oliveira@ufu.br](mailto:laura04oliveira@ufu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação, professora da Universidade Federal de Uberlândia, <https://orcid.org/0000-0002-3708-4506>, [betanialaterza@ufu.br](mailto:betanialaterza@ufu.br)

<sup>4</sup> Doutor em Educação, professor da Universidade Federal de Uberlândia, [armindo@ufu.br](mailto:armindo@ufu.br)

Recebido em 20/07/2024

Aprovado em: 22/08/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



que se inseriam no mercado de trabalho. Contudo, a proposta educacional parece reforçar os papéis domésticos destinados às mulheres.

**Palavras-chave:** Educação Profissional Feminina. Aprígio Almeida Gonzaga.

**Abstract:** In the search to understand Female Professional Education during the First Republic in Brazil, this article is based, above all, on a conference published in the Revista do Ensino (1925-1940) of Belo Horizonte, written by Aprígio de Almeida Gonzaga, entitled "Purpose of Manual Labor for Women." This source offers a perspective on women's education during this period, through the normalist's perspective. To adequately contextualize this conference, it is necessary to explore the history of the Revista do Ensino, including its context, its purpose, its editors, its writers and its target audience. Furthermore, we seek to understand who Aprígio de Almeida Gonzaga was and his relevance in education during the First Republic. In this sense, we seek to carry out a bibliographical review on the intellectual Aprígio de Almeida Gonzaga, in addition to a critical analysis of the printed source from the perspective of Cultural History. This study thus intends to contribute to a better understanding of female education and the educational concepts of this historical period in Brazil, using print as a source for the History of Education. It can be observed that the ideas that circulated during the period, expressed here by Aprígio de Almeida Gonzaga, demonstrate an advance in relation to the occupation of public space by women, especially poor women who entered the job market. However, the educational proposal seems to reinforce the domestic roles assigned to women.

**Keywords:** Women's Professional Education. Aprígio Almeida Gonzaga.

## Introdução

Em busca de compreender a Educação Profissional Feminina durante a Primeira República, este artigo se baseia principalmente em uma fonte significativa encontrada no trabalho de Ribeiro e Araújo (2021). Trata-se de uma conferência publicada na Revista do Ensino (1925-1940) de Belo Horizonte no ano de 1925, escrita por Aprígio de Almeida Gonzaga e intitulada "Finalidade do Trabalho Manual para Mulheres". Esta fonte oferece uma perspectiva valiosa sobre a educação das mulheres nesse período, destacando como as práticas educativas voltadas para a cozinha, a higiene infantil e a casa eram concebidas.

Na primeira parte do artigo, há uma breve história da educação das mulheres desde o Brasil Colônia até a República, na busca de analisar o percurso histórico desses sujeitos. Pensar a finalidade da educação das mulheres historicamente pode, certamente, elucidar sobre como se deu as ideias para a construção da Escola Profissional Feminina.

Na segunda parte do artigo, busca-se investigar quem foi Aprígio de Almeida Gonzaga e sua contribuição para a educação feminina, através das pesquisas de Assunção (2016), Ribeiro

(2018) e Azevedo e Medeiros Neta (2024). Este estudo pretende, assim, contribuir para uma melhor compreensão da educação técnica feminina e das práticas educativas desse período histórico no Brasil. Utilizando a conferência como principal fonte, o artigo busca demonstrar a importância de impressos como fontes para a História da Educação, a fim de contribuir para as demais pesquisas que investigam esses documentos como objeto que pode revelar as concepções e práticas pedagógicas da época.

A imprensa é considerada uma fonte ímpar para compreender o período da República no Brasil, conforme aponta Campos (2012), afinal o periódico narra diversos acontecimentos da vida política de seu tempo. Contudo, é necessário questionar a fonte impressa, pois esse objeto é efêmero. Nesse sentido, se fez necessário o entrelaçamento de fontes bibliográficas para nortear as afirmações contidas na fonte impressa.

Para contextualizar adequadamente essa conferência, é necessário explorar a história da Revista do Ensino, incluindo sua finalidade, seus editores, escritores e leitores. Essa revista, que circulou na primeira metade do século XX no Brasil, foi um veículo importante para a disseminação de ideias pedagógicas e educativas. Compreender seu papel é fundamental para avaliar a influência de Aprígio de Almeida Gonzaga e sua relevância na educação na Primeira República.

De acordo com David Guimarães (2012), a Revista do Ensino circulou entre os anos 1925 e 1940, e de acordo com Biccas, era um “impresso pedagógico oficial de educação direcionado aos professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais” (2008, p. 15). Foi, portanto, uma revista produzida por professores, diretores e demais profissionais da educação, que proporcionava reflexões sobre questões políticas e práticas em pauta na sociedade brasileira.

### **A Instrução Feminina: da educação doméstica à formação profissional**

A categoria mulher vem sendo questionada no âmbito das pesquisas acadêmicas, afinal, entende-se que esse conceito não abarca a diversidade que existe na história das diferentes mulheres, sejam elas indígenas, negras, imigrantes, pobres etc. Nesse sentido, é importante destacar que a Educação Profissional Feminina marca a inserção das mulheres pobres no processo de escolarização brasileira, que em sua maioria, eram mulheres brancas.

Segundo Ribeiro (2010), durante o período colonial, as mulheres eram consideradas

propriedades do marido, pai ou irmão mais velho, e sua escolarização não tinha função social reconhecida. A situação das mulheres negras era ainda mais difícil devido à condição de escravidão. De modo geral, as mulheres eram vistas como seres inferiores, menos capazes e mais obedientes. Conforme Schwarcz e Starling (2015), havia uma predominância masculina no país durante a colônia, pois os homens eram considerados mais importantes para o trabalho, fosse ele livre ou escravo. Assim, de acordo com Ribeiro (2010), as poucas mulheres nesse período recebiam dos jesuítas apenas ensinamentos morais, enquanto a educação letrada era destinada aos homens.

Havia a segregação mouro das mulheres e elas nunca aparecendo a ninguém e sempre espreitando pelas frestas das portas e pela treliças das rótulas, organizavam na intimidade das dependências internas da morada a subsistência da família, conservando hábitos, transmitindo ensinamentos, mantendo tradições, usos e costumes, e perpetuando o artesanato delicado dos bordados, das rendas, dos tecidos, dos trançados, dos doces, bolos, biscoitos, dos remédios, mezinhas, xaropes e emplastros (Costa, 2004, p. 81).

Os ensinamentos passados entre as mulheres eram, sobretudo, relacionados ao bordado e demais afazeres que faziam delas boas esposas. A chegada da Corte no Rio de Janeiro, de acordo com Costa (2004), impactou diretamente na sociabilidade das famílias da elite brasileira, que, para manter o prestígio social tiveram que se adequar à nova regra do jogo. As famílias passaram a dar festas periódicas em casa, jantares etc. Nesse sentido, a habilidade feminina em organizar as festas e jantares influenciava no sucesso do patriarca. Assim, as mulheres passaram a reivindicar o cuidado que não tinham antes e a ordem médica e a norma familiar ganham força no Brasil, para Costa, “[...] a higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização” (2004, p. 109).

Já no Brasil República, a higienização e a disciplina atrelada aos ensinamentos pátrios davam o tom da educação. Houve também um significativo aumento de construções escolares, ou seja, prédios edificadas com essa finalidade, a criação de conselhos e comissões, e espaços de debate, como as revistas especializadas em educação.

Para atender a necessidade de padronização e normatização das novas escolas profissionais criadas no estado, o governo de Altino Arantes pela Lei n. 1.711, de 27 de dezembro de 1919, organiza as escolas profissionais masculinas, femininas e mistas que atuariam no Estado de São Paulo. O regulamento determinava que o ensino profissional fosse ministrado em escolas masculinas, femininas e mistas, cabendo ao governo resolver sobre o número e as espécies de oficina a instalar em cada uma delas, e

respeitando o que os republicanos desejavam para o ensino profissional desde os tempos da propaganda republicana, os cursos seriam oferecidos atendendo as necessidades da vida operária e o desenvolvimento do meio industrial da localidade onde a escola profissional fosse instalada. Nesse sentido as escolas profissionais masculinas e as mistas a serem instaladas no interior e na capital passariam a oferecer cursos profissionais destinados a atividades agrícolas e de pesca. Juntamente ao ensino das profissões os alunos receberiam noções elementares das seguintes matérias: língua materna, educação moral e cívica, cálculo aritmético e geométrico, geografia e história. O ensino profissional em cada escola constaria dos cursos que o governo julgasse convenientes dentre os seguintes (Assunção, 2016, p. 122-123).

A transição da Colônia para a República no Brasil trouxe mudanças significativas na educação das mulheres. Durante o período colonial, a educação feminina era centrada principalmente em habilidades domésticas e religiosas, com poucas oportunidades para o desenvolvimento intelectual ou profissional. No entanto, com a chegada da República, houve um movimento crescente no sentido da modernização e do desenvolvimento nacional, que incluiu a expansão da educação pública e a incorporação das mulheres nesse processo. A nova ordem republicana começou a valorizar a formação profissional feminina, não apenas como um meio de inserir as mulheres no mercado de trabalho, mas também como uma forma de contribuir para a economia e o progresso do país. Instituições educacionais começaram a surgir com o objetivo específico de capacitar as mulheres em áreas como a costura, o bordado, a culinária e outras habilidades consideradas apropriadas para o sexo feminino, marcando um passo importante na evolução da educação das mulheres, que agora incluía uma dimensão profissional.

### **Trajatória de Aprígio de Almeida Gonzaga**

Aprígio de Almeida Gonzaga foi um intelectual de seu tempo, renomado normalista, foi diretor da Escola Profissional Masculina da capital paulista por 23 anos, de 1911 a 1934, tendo atuado como Coordenador do Ensino Profissional Paulista. Além disso, o autor se destaca pela atuação “nos principais movimentos educacionais das décadas de 1910 e 1920: sua participação na Reforma Sampaio Doria, no Inquérito de 1926” (Assunção, 2016, p. 17). Assim, é possível compreender Aprígio de Almeida Gonzaga como intelectual, de acordo com os preceitos apontados por Sirinelli (2003), de pessoa que participa de estruturas de sociabilidade de seu tempo, engajado em debates sobre a política e a cidade, que partilha características geracionais e um itinerário intelectual.

Aprígio de Almeida Gonzaga, nasceu no Rio de Janeiro em 1882, filho de Marianna

Joaquina de Almeida Gonzaga e do Major Carlos Gonzaga, que de acordo com Assunção (2016), recebeu a insígnia por meio da Guarda Nacional. Após terem se mudado para São Paulo, há registros que indicam que Major Carlos Gonzaga foi subdelegado da Vila Mariana. Assim, pode-se afirmar que a família Gonzaga gozava de certo prestígio na sociedade paulista. O prestígio do pai pode ter sido o que impulsionou Aprígio de Almeida Gonzaga a ingressar na Escola Normal de São Paulo no ano de 1901, onde se diplomou em 1904.

Nesse período circulava a Revista de Ensino, publicada bimestralmente pela Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo, em que Aprígio de Almeida Gonzaga se associou no ano de 1904. Cabe destacar que os impressos eram um espaço privilegiado de debates do universo letrado. Romão Puiggari<sup>5</sup>, que era um dos redatores da revista, na qual apontava que o problema da instrução paulista era a falta de sistematização do ensino. Nesse sentido, Assunção (2016) afirma que os escritos do redator eram de natureza pedagógica e política, pois Puiggari utilizava o espaço da revista como difusor de suas ideias. Após diversas viagens pela Europa, visando estudar os modelos educacionais, em 1909 Puiggari impulsionou a criação da Escola Profissional da Capital, inspirada no modelo francês, e Aprígio de Almeida Gonzaga foi nomeado diretor.

Entre os possíveis fatores da nomeação está o casamento de Aprígio com a professora normalista do Grupo Escolar da Liberdade, Guilhermina Sampaio Dória, “membro da família de Antonio Sampaio Dória, que, em 1920, será Diretor da Instrução Pública e comandará uma importante reforma da instrução pública paulista, reforma que justamente entra para a história da educação como Reforma Sampaio Dória” (Assunção, 2016, p. 77). Nesse sentido, algumas ligações familiares e políticas podem justificar a nomeação de Aprígio para a direção da Escola Profissional da Capital. Além disso, o normalista demonstrava competência técnica, pois lecionou e dirigiu colégios da cidade de Santos. No período, a cidade de Santos tinha destaque na sociedade paulista pois era o porto no qual exportava-se o café. De acordo com Azevedo e Medeiros Neta (2024), Aprígio de Almeida Gonzaga foi retratado nos jornais como um importante impulsionador de educação pelo trabalho para o estado de São Paulo.

Após ser nomeado o diretor da Escola Profissional Masculina, Aprígio viajou para a cidade de Buenos Aires, na Argentina, para estudar o modelo educacional da cidade que vinha

<sup>5</sup> Romão Puiggari publicou em 1903, juntamente com Arnaldo de Oliveira Barreto, a *Série de Leitura Puiggari-Barreto*, que foi uma obra destinada à educação primária, de acordo com Panizzolo e Belo (2015), que visava formar cidadãos republicanos que fossem organizados, disciplinados, saudáveis, higiênicos e patrióticos

se destacando nas discussões políticas e educacionais, por ser um símbolo de industrialização e exportação. Aprígio de Almeida Gonzaga se aproxima do modelo *Slojd*<sup>6</sup> aplicado na Argentina, modelo esse que sucedia o ensino primário de base froebelianas. Portanto o modelo proposto pelo normalista reconhecia a importância de a escola primária trabalhar as manualidades para a escola secundária ensinar um ofício que requeria algum conhecimento prévio do trabalho manual. Assim, Aprígio de Almeida Gonzaga criou o manual de *Slojd* Paulista, datado de 1916, que de acordo com Azevedo e Medeiros Neta (2024) teve como base o modelo de *Slojd* sueco e americano.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil recebeu muitos imigrantes, nesse sentido, a educação paulista visava formar uma identidade nacional, nesse contexto surge a Liga Nacionalista de São Paulo, na qual Aprígio participou ativamente. Entre os tratados educacionais da Liga Nacionalista estavam as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Geografia e História. Contudo, no currículo das escolas femininas era diferente.

Nas escolas femininas seriam oferecidos cursos de confecção de roupas brancas, rendas e bordado, flores, ornamentação de chapéus e trabalhos artísticos, datilografia e estenografia, desenho profissional, desenho artístico e pintura, economia doméstica, luvária, meias e espartilhos, arte culinária em todos os seus ramos (Assunção, 2016, p. 123).

No início da década de 1920 houve a aprovação da criação de escolas profissionais masculinas, femininas e mistas, aprovada com a lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, conhecida como Reforma Sampaio Dória. Assim, Aprígio de Almeida Gonzaga foi escolhido para reformular as escolas profissionais femininas, dado às suas primeiras experiências profissionais, ele afirmava que desde a sua experiência em Santos, a educação feminina era uma de suas preocupações. A circulação do pensamento de Aprígio foi comentada na pesquisa de Azevedo e Medeiros Neta (2024), na qual as autoras indicam a circulação nacional desse intelectual como colaborador da *Revista da Educação* (1923), de São Paulo, tendo publicado também nas revistas *A Escola Primária* (1926), no Rio de Janeiro e na *Revista de Ensino* (1925), de Belo Horizonte.

---

<sup>6</sup> *Slojd*, de acordo com Assunção (2016), é um método educacional de origem sueca, desenvolvido por Otto Salomon no século XIX. Enfatiza o ensino de habilidades manuais, especialmente trabalhos em madeira e metal, com o objetivo de promover o desenvolvimento físico, mental e moral dos estudantes

## A ascensão da Escola Profissional

Com o advento da República houve um esforço do Estado em investir em urbanização, modernização e no trabalho fabril. Nesse sentido, inspirado na França, houve a necessidade de investir em formação de mão de obra qualificada, com destaque para o ensino profissionalizante, sobretudo no caso do estado de São Paulo. Após a Primeira Guerra Mundial e com o início da queda do café, os governantes buscavam uma forma de se reorganizarem do ponto de vista econômico e social, nesse sentido, as fábricas sinalizavam o progresso civilizatório.

No período da Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, havia grande disputa de narrativas entre a instrução liberal e a instrução católica, pois era o período de expansão da instrução liberal, contudo, havia forte resistência por conta do domínio histórico da instrução católica no Brasil. Os liberais questionavam o modelo de internato mantido pela instrução católica, na qual se afirmava que, “juntos, republicanos, liberais, maçons, positivistas, darwinistas e spencerianos, muitas vezes em lados antagônicos confluíam na defesa da educação e do ensino profissional para modernizar a sociedade” (Assunção, 2016, p. 19). Após a Reforma, os liberais ganham espaço na cena educacional do estado de São Paulo.

A proposta de descentralização do ensino paulista, orientada pelo modelo americano de administração local toma corpo com a Lei n. 16, de 13 de novembro de 1891, que organiza os municípios do estado, e é confirmado pelo Decreto n. 218, de 27 de setembro de 1893, que regulamentava a Instrução Pública paulista. Essa legislação destinava aos municípios deliberar sobre a instrução primária profissional, criando escolas, museus, bibliotecas; adotando os métodos e programas; nomeando e fixando livremente os vencimentos de seus professores; auxiliando os estabelecimentos particulares de ensino do município (Assunção, 2016, p. 41).

Alguns preceitos podem ser observados, o primeiro é um esforço técnico do período de sistematização do ensino, também pode ser observado preceitos higienistas e o avanço do *habitus*<sup>7</sup> capitalista. Essa ideia de educação pelo trabalho é apresentada por Aprígio de Almeida Gonzaga em 1916, em seus escritos sobre o modelo educacional *Slodj*. Nesse contexto, Ribeiro

---

<sup>7</sup> Para Bourdieu (2007), o conceito de *habitus* diz respeito aos valores internalizados pelo indivíduo de acordo com suas interações sociais, que influenciam suas escolhas, ações e contribui para a reprodução das estruturas sociais.

(2018) esclarece que havia dois modelos em disputa para a educação técnica na República. O primeiro era o modelo de formação integral dos cidadãos, conhecido como Ensino Politécnico. O segundo modelo, com caráter mais tecnicista e individualista, era denominado Ensino Profissional, sendo este último o que recebeu maior impulso político.

No texto *Finalidade do trabalho manual para mulheres*, publicado na Revista de Ensino (1925), Aprígio de Almeida Gonzaga afirma que a educação brasileira não deve ser reprodutora de modelos de outros países, mas utiliza os ensinamentos, considerados positivos, que aprendeu com a educação dos Estados Unidos, da Bélgica, da França e da Argentina.

Na maioria dos casos, atendendo á maior natalidade das mulheres, às dificuldades da existencia, que fazem os homens tenderem para o celibatarismo, á incuria dos paes, que não cuidam de preparar filhas para a vida como se nos apresenta, commumente as mulheres se encontram em grandes dificuldades para viver. Os paes, quando ricos, dão-lhes educação de salão: piano, canto, sports, dansas e outras prendas, que estão muito bem nas ricas (eu até acho que nem as ricas tem o direito de desconhecer o trabalho da educação dos filhos e a direcção do lar); mas, para a classe pobre, só na escola domestica está a salvação. Na escola domestica a mulher deve aprender a ser bôa dona de casa. Mas, o que se deve aprender e como aprender, é a questão formal. A escola tem de visar a formação da mãe de familia, e a sciencia que nos deve preoccupar é a «economia domestica», ou antes, a «sciencia do lar». (...)

Mas, repito, não deve a escola domestica cuidar só disso: educar a dona de casa. É preciso dar-lhe uma profissão, para que, quando solteira, possa a mulher viver do seu trabalho e cooperar tambem, ao lado do homem; e, indo ás fabricas, aos escriptorios, ás profissões liberaes, concorrer para a riqueza e o progresso do paiz.

Logo, organizada a escola domestica, sem fazer operarios, mas visando a educação harmonica da mulher, focalisemos dentre todas as materias a economia domestica, que podemos dividir em 3 partes: a cozinha, a hygiene infantil e a casa (Gonzaga, 1925, p. 118 e 119).

É possível compreender que, para Aprígio de Almeida Gonzaga, existe uma divisão entre a educação da mulher rica e da mulher pobre. Assim, a educação profissional proposta por esse intelectual se destina a mulher pobre, seja ela casada ou solteira. Nesse sentido, Perrot (1998), afirma que embora as mulheres, pouco a pouco, passem a habitar o espaço público, o espaço doméstico é um local de dupla jornada para a mulher pobre. De modo que as tarefas domésticas são desempenhadas apenas por elas, sendo até vergonhoso um homem executar o mesmo papel.

Os papéis desenhados por Aprígio de Almeida Gonzaga indicam o trabalho doméstico como um exercício feminino. A cozinha, para o normalista, era uma forma da mulher utilizar de conhecimentos da nutrição dos alimentos para fazer boas refeições para seu esposo trabalhar forte e manter os filhos saudáveis, por meio da amamentação ou alimentação nutritiva, além disso é uma ferramenta importante para a economia doméstica, de modo a racionalizar a cozinha, evitar o desperdício, conhecer sobre a sazonalidade dos ingredientes e comparar os preços.

A higiene infantil tem relevância sanitária para a população na Primeira República, nesse sentido, a mulher que vivia enclausurada no período da Colônia era mais suscetível a doenças, considerando que a casa colonial era um espaço preocupante do ponto de vista da higiene. A mudança da organização da casa e das famílias, de acordo com Costa (2004), faz com que a onipotência do patriarca entre em declínio, tendo em vista que seus meios de dominação e perpetuação do poder, pouco a pouco, vão sendo desmontados. Os médicos passaram a criticar a falta de ventilação nas casas da colônia, sugerindo mudanças no mobiliário e passeios periódicos ao ar livre para mulheres e crianças.

A casa, que é o terceiro aspecto destacado por Aprígio de Almeida Gonzaga, foi discutido por Mello (2011) através da ideia de “rainha do lar” difundida na sociedade brasileira. A rainha do lar é a mulher que mantém a casa em ordem, os filhos bem cuidados, do ponto de vista da higiene e da moral, e um bom relacionamento com seu esposo e com a família. Em tese, é o espaço soberano destinado às mulheres. No entanto, o homem continua sendo o chefe da família. Nesse sentido, o normalista Aprígio de Almeida Gonzaga afirma que cuidar do lar é uma verdadeira ciência, que remete a economia doméstica, ao cultivo de plantas e confecção de bordados para enfeitar o lar.

No texto seguinte da Revista de Ensino (1925), intitulado “*Finalidade do trabalho manual para homens*”, de Aprígio de Almeida Gonzaga, ele afirma “há tyrannos menos tyrannos, há feras, menos feras que certos homens em seus lares” (Gonzaga, 1925, p. 124). Assim, o homem também deve se moralizar, elevar o caráter para se adaptar à nova sociedade brasileira almejada pelo normalista. Por fim, Aprígio de Almeida Gonzaga indica a Escola Nova como o novo modelo de educação ideal para formar esses homens e mulheres que o país tanto necessita.

### Considerações finais

A educação fornece pistas sobre os cidadãos que se pretende formar. Nesse sentido, Aprígio de Almeida Gonzaga foi um importante normalista do século XX, tendo atuado como professor, gestor e pensador da educação paulista. A quantidade de publicações em periódicos educacionais em diferentes estados brasileiros na década de 1920, destacam a credibilidade de suas ideias. Assunção (2016) afirma que Lourenço Filho, do movimento Escola Nova, se interessou pelas ideias do Slojd paulista e pediu para que Aprígio de Almeida Gonzaga organizasse um álbum de modelos de trabalhos manuais, além de ter contado com uma publicação do normalista posteriormente na Revista Escola Nova em 1931.

A participação de Aprígio de Almeida Gonzaga na Revista de Ensino (1925) de Belo Horizonte, reforça, portanto, a difusão das ideias do pensador para além do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, e não fica restrita ao que hoje conhecemos como Sudeste, afinal, foi comprovado no decorrer desta pesquisa a participação do normalista em periódicos no Nordeste e no Sul do país. Além disso, essa efervescência de periódicos é uma marca do período republicano que pôde ser observado no decorrer desta pesquisa.

Em relação a Escola Profissional Feminina, há indícios de que a década de 1920 foi importante para a ocupação do espaço público pelas mulheres. Ribeiro e Araujo (2021) afirmam que o governo subsidiou as escolas profissionais no período de 1920 a 1945, e que, depois disso não há vestígios de destinação de verba orçamentária. Esse investimento contribuiu para a inserção das mulheres pobres na escolarização, o que também demonstra um ganho no ponto de vista da história das mulheres. Contudo, não podemos afirmar que esse ganho chega para todas, pois o país vivia um crescimento urbano acelerado marcado por diversas desigualdades decorrentes de acontecimentos históricos, entre eles destacam-se, a abolição sem inclusão social e o crescimento da imigração no pós-guerra. Nesse sentido, Perrot (2007) já alertava que nos períodos de guerra, na França, as mulheres conquistaram novos direitos pois, por vezes, assumiam o papel de liderança na família e na sociedade. Contudo, a cozinha, a higiene infantil e a casa, reforçam os papéis domésticos destinado apenas às mulheres, que possuem reflexos até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. A. T. **Aprígio de Almeida Gonzaga**: um seletor normalista fazendo história

HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM) - ISSN: 1809-1628. vol. 51- out. /dez. 2024

Doi 10.5281/zenodo.13628926



no ensino profissional (1911-1934). 2016. 163 p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19169?mode=full>. Acesso em: 3 de julho de 2024.

AZEVEDO, L. P. M. C.; MEDEIROS NETA, O. M. Aprígio Gonzaga e Oscar Wanderley: visões sobre a educação profissional na primeira república no Brasil. **Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 19, n. 0, e024045, abr./2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riiae.v19i00.18157>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18157/18159>. Acesso em: 4 de julho de 2024.

BICCAS, M. S. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. 216p.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

CAMPOS, R. D. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775/20305>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução: Reginaldo C. C. Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2004.

GONZAGA, P. A. Finalidade do trabalho manual para mulheres. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, MG, n. 5, p. 117-140, 14 jul. 1925. (Conferências). Disponível em: [https://archive.org/details/revista\\_do\\_ensino\\_vol1\\_n5\\_1925\\_cropped/mode/2up](https://archive.org/details/revista_do_ensino_vol1_n5_1925_cropped/mode/2up). Acesso em: 03 de julho de 2024.

GUIMARÃES, P. C. D. (2012). O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Campinas, SP, v. 10, n. 24, p. 193- 219, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38522>. Acesso em: 03 de julho de 2024.

MELLO, S. C. **Trabalho doméstico**: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011, 197 p.

PANIZZOLO, C.; BELO, M. D. Educar a infância para o futuro da nação: uma análise da Série de Leitura Puiggari-Barreto (1890-1920). **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 20, n. 3, p. 367-376, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2016.203.10026>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.203.10/5608>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução: Roberto L. Ferreira. 2. reimp. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, E. M. T. L.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte, 2010, p. 79-94.

RIBEIRO, B. O. L.; ARAUJO, J. C. S. “**Na luta pela vida, úteis a si e à pátria**”: escola profissional feminina de Belo Horizonte (1919-1947). Uberlândia, MG: EDUFU, 2021. (Coleção História, Pensamento e Educação. Série Novas Investigações; v. 10). DOI <http://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-006-8>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31264/6/NaLutaPelaVida.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

RIBEIRO, M. F. O Slojd e a formação moral dos jovens. **Research, Society and Development**, Itajubá, MG, v. 7, n. 10, p. 01-12, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i10.422>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560659017010/html/>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

RIBEIRO, M. F. **Revista Pedagogium**: a associação de professores em ação pelo projeto educativo da Escola Nova no RN (1920-1932). 2020. 207 p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29684>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2. ed. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Capítulo 8. p. 231-270. Disponível em: <https://joaofabiobertonha.com/wp-content/uploads/2019/08/por-uma-histc393ria-polc38dtica.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2024.